
DIÁRIO OFICIAL



*Prefeitura Municipal
de
Porto Seguro*



ÍNDICE DO DIÁRIO

OUTROS

ATA DA 124ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE; PARECER CMS 01_2026 APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025; RESOLUÇÃO 059_2026 - HOMOLOGA O PARECER CMS 01_2026; RRÉO 6º BIMESTRE 2025.

TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004/2025 - CONTRATO 002/2022-FMS



ATA DA 124ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE; PARECER CMS 01_2026 APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025; RESOLUÇÃO 059_2026 - HOMOLOGA O PARECER CMS 01_2026; RREO 6º BIMESTRE 2025.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO

Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000

ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Ata da 124ª reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Porto
2 Seguro – Bahia, realizada aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de dois
3 mil e vinte e seis (2026), às quatorze horas (14:00h), através de convocação
4 prévia, no auditório da Secretaria de Saúde no Município de Porto Seguro,
5 situado à R. Manuel Fernandes de Almeida, s/n - Centro, Porto Seguro - BA,
6 45810-000. Estiveram presentes os conselheiros municipais de saúde: Magda
7 Almeida Falabretti (SMS), Tatiana Santana Barreto Souza (Instituto Brasil
8 chama África), Andria Araujo Marques (SINSPPOR), Maria da Gloria Azevedo
9 Barros (Ciranda da Vida), Miriam Correia de Oliveira (SINDIACSCER), Lourdes
10 Maria Bebiano Pimenta (CRO), Tainá de Oliveira (CRP), Josefa de Jesus Reis
11 (Pastoral da Criança), Maria das Graças S.C Fonseca (Pastoral do Idoso),
12 Benedita Ribeiro dos Santos (APRAMS), Neide Mota (Porto da Paz), Edna
13 Francisca de Oliveira (Fábrica do Ser). A sessão deu-se início com a Presidente
14 Magda Falabretti, que declarou aberta a reunião, agradecendo a presença de
15 todos os conselheiros e convidados, fez a leitura da pauta: I. **Ordem do Dia: A**
16 **apresentação do relatório de Prestação de Contas dos Recursos do 3º**
17 **quadrimestre 2025; II. Apresentação do Ações do RAG - Relatório de**
18 **Gestão do 3º Quadrimestre de 2025.** A presidente Magda deu início a reunião
19 agradecendo a presença de todas e dando início a pauta, convidada a Sra.
20 Márcia Quaresma para apresentar as Metas das Ações do RAG do 3º
21 Quadrimestre. A apresentadora explicou que no segundo quadrimestre, foram
22 registradas 47% das metas alcançadas integralmente, 29% parcialmente
23 alcançadas e 24% não alcançadas. Já no terceiro quadrimestre, observou-se
24 melhora significativa nas metas, com 74% das metas alcançadas integralmente,
25 redução das metas não alcançadas para 12% e das parcialmente alcançadas
26 para 14%, evidenciando avanço positivo no cumprimento da Programação Anual
27 de Saúde. Em seguida, passou-se à apresentação das metas não alcançadas.
28 A representante da **Auditoria em Saúde**, Sra. Graziela Bitencourt, informou que
29 a meta referente à integração da Comissão Municipal de Oncologia, para
30 acompanhamento das ações de implementação da Portaria nº 071/2013, não foi



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

31 atingida, uma vez que não houve convocação ou agendamento de reuniões
32 durante o período, impossibilitando a participação da auditoria. Esclareceu ainda
33 que a responsabilidade pela referida comissão é da Regulação, tendo sido
34 atribuída à Auditoria de forma equivocada no plano anterior. Após discussão,
35 ficou pactuado que a responsabilidade será assumida pela Regulação, com
36 acompanhamento da Auditoria. Ficando definido que a partir de março de 2026,
37 será elaborado planejamento conjunto, com cronograma de reuniões e definição
38 de ações, contando também com a participação da Comissão de Oncologia do
39 próprio Conselho, a fim de fortalecer a implementação das ações no município.
40 Na sequência, veio a frente a sra. Stéfani e sra. Malu coordenação da **Atenção**
41 **Básica** e apresentou as metas não alcançadas no terceiro quadrimestre:
42 Implantação da linha de cuidado às pessoas com doença falciforme e outras
43 hemoglobinopatias em 100% das Unidades de Saúde da Família; Implantação
44 do telediagnóstico via Telessaúde em 75% das unidades; Implantação da linha
45 de cuidado para atendimento à população LGBTQIA+ em 75% das unidades;
46 Implantação do acolhimento pedagógico em parceria com a SESAB em 100%
47 das unidades. Foi esclarecido que a implantação das linhas de cuidado depende
48 da organização de toda a rede municipal e não apenas da Atenção Básica, sendo
49 necessária articulação com outros pontos de atenção. Embora o município siga
50 diretrizes estaduais e realize atendimentos e encaminhamentos, ainda não foi
51 estruturado o itinerário completo do usuário dentro da rede municipal. Quanto ao
52 telediagnóstico, foram relatadas dificuldades relacionadas à aquisição de
53 equipamentos (webcam, microfone, caixas de som e computadores). Contudo,
54 o município já realiza tele-ECG e telelaudos em algumas unidades, ampliando o
55 acesso e reduzindo encaminhamentos desnecessários. Em relação ao
56 acolhimento pedagógico, informou que a implementação depende de abertura
57 de processo pela SESAB, o que não ocorreu em 2025. Apesar disso, diversas
58 capacitações foram realizadas ao longo do período, incluindo atualizações sobre
59 arboviroses, identidade de gênero e acolhimento da população LGBTQIA+,
60 refletindo na melhoria dos indicadores apresentados. Foram destacadas ainda



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

61 diversas ações desenvolvidas no terceiro quadrimestre, entre elas: campanhas
62 Outubro Rosa e Novembro Azul; ampliação do atendimento aos sábados;
63 implantação do método contraceptivo Implanon; consultório na rua, capacitações
64 de profissionais e auriculoterapia. Em seguida, fez uso da palavra a
65 Coordenadora de **Saúde Bucal**, Sra. Magda Falabretti, que informou que todas
66 as metas estabelecidas para o período foram integralmente alcançadas.
67 Destacou as principais ações desenvolvidas, entre elas: realização de visitas
68 domiciliares; atendimentos por meio de consultório portátil; ampliação dos
69 atendimentos no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), inclusive para
70 pacientes com necessidades especiais; execução do Programa Saúde na
71 Escola; participação nas campanhas Novembro Azul e outubro Rosa; e
72 realização de palestras no CEAME. Ressaltou ainda que o município de Porto
73 Seguro sediou um Simpósio de Saúde Bucal, com a presença de representante
74 do Ministério da Saúde, além de ter recebido premiação na Mostra de Saúde e
75 também reconhecimento na área de Saúde Bucal, evidenciando o destaque do
76 município no cenário estadual. A **Vigilância Sanitária**, representada pela sra.
77 Debora Rosa, informou que não atingiu a meta referente ao Projeto Básico
78 Arquitetônico (PBA), devido à substituição da engenheira responsável, sendo
79 necessária nova capacitação. A profissional já foi capacitada e as análises foram
80 iniciadas em janeiro de 2026. Também não foi alcançada a meta relacionada ao
81 projeto de capacitação de adolescentes multiplicadores na prevenção de ISTs,
82 em razão da substituição da assistente social responsável e do encerramento do
83 ano letivo. O cronograma será retomado em março de 2026, em parceria com a
84 Secretaria de Educação. Destacou ainda algumas ações, capacitação de
85 combate à tuberculose e dengue; Capacitação vigilância do óbito, projeto faxinação,
86 fiscalização intensificada no período de festas; além de participação em eventos
87 e premiações estaduais, entre outros. O coordenador da **Rede de Urgência e**
88 **Emergência** Sr. Marcelo Tourinho informou que não houve metas zeradas,
89 destacando ações de educação permanente, atualização de protocolos de
90 emergência pediátrica e campanhas como setembro Amarelo. A **Média e Alta**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

91 **Complexidade, representada pela Sra. Gislane Moraes**, informou sobre
92 avanços nas cirurgias eletivas, fortalecimento do TFD, ampliação da oferta de
93 exames durante o outubro Rosa e novembro Azul, fortalecimento do projeto Mais
94 Saúde pra Você, avanços na Saúde Mental, e capacitações. Destacou-se a
95 implantação do “Sino da Cura” no TFD como símbolo de conclusão de
96 tratamento, além de ações realizadas no setembro Amarelo com usuários,
97 familiares e profissionais. A **Saúde Mental**, representada pela Sra. Milza,
98 informou que as metas estabelecidas para o período também foram
99 integralmente cumpridas. Na oportunidade, agradeceu a toda a equipe
100 envolvida, destacando o empenho dos profissionais que atuam nos diversos
101 setores da rede. Registrou ainda o reconhecimento à conselheira Tainá, que
102 também é profissional da área de Saúde Mental, ressaltando sua contribuição.
103 Entre as principais atividades realizadas, destacou as ações do setembro
104 Amarelo, incluindo evento no Clube dos 40, onde foram levados usuários,
105 familiares e profissionais de saúde para um dia de lazer e cuidados voltados à
106 promoção da saúde mental. Mencionou também a realização de ações na aldeia
107 indígena, palestras com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) sobre a temática
108 da saúde mental. **A coordenadora da Assistência farmacêutica** estava de
109 férias, não houve representante para apresentar as ações, Sendo apresentadas
110 pela Coordenadora Técnica de Planejamento a Sra. Ingled. Dando continuidade
111 à reunião, fez uso da palavra a representante do **Núcleo de Educação**
112 **Permanente**, Sra. Raiane, que informou que três metas não foram alcançadas
113 no exercício de 2025. No que se refere à meta de participação, em parceria com
114 a Atenção Básica, nas ações do acolhimento pedagógico, destacou que a própria
115 Atenção Básica já havia esclarecido as dificuldades relacionadas à execução,
116 especialmente pela dependência de articulação intersetorial. Quanto ao Projeto
117 “Cuidando do Cuidador”, informou que não foi possível sua implementação no
118 ano de 2025, em razão da indisponibilidade do profissional da assistência social
119 que atuava diretamente na construção e execução do projeto. Ressaltou que se
120 trata de ação planejada desde o início com equipe específica, o que inviabilizou



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

121 sua substituição imediata. Em relação à implementação da política de
122 valorização dos profissionais na elaboração do PCCS, explicou que a meta foi
123 prejudicada devido à mudança da Gestão do Trabalho, que deixou de integrar a
124 Secretaria de Saúde e passou para a Secretaria de Administração, retirando da
125 pasta a governabilidade necessária para dar continuidade às tratativas.
126 Destacou, entretanto, que o Núcleo de Educação Permanente teve atuação
127 expressiva ao longo de 2025, especialmente na regulação de estágios por meio
128 do COAPES (Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde). Informou
129 que mais de mil estagiários passaram pelas unidades de saúde do município no
130 período, entre Hospital de Cirurgias, UPA e Atenção Básica. Registrou ainda que
131 foi realizado chamamento público para renovação e adesão de novas instituições
132 de ensino ao contrato. Na sequência, passou-se à discussão das metas
133 relacionadas à **Gestão do SUS** e infraestrutura. Foi debatida a meta de
134 ampliação das equipes de Saúde Bucal, sendo informado que não houve
135 implantação de cinco novas equipes em razão da ausência de reforma nas
136 unidades e da insuficiência de Auxiliares em Saúde Bucal (ASB). Foi relatada
137 dificuldade na contratação desses profissionais, mesmo após processo seletivo,
138 permanecendo o município com três equipes sem ASB, o que impacta no
139 cumprimento dos critérios ministeriais. Sobre a **Gestão Orçamentaria**, quanto à
140 implantação da Academia da Saúde e da Unidade Odontológica Móvel, foi
141 informado que ambas se encontram em processo licitatório, aguardando
142 conclusão dos trâmites administrativos. No tocante à **Saúde Indígena**, a Sra.
143 Malu deixou esclarecido que a meta referente à implantação da linha de cuidado
144 não avançou conforme previsto, especialmente em razão do desligamento do
145 coordenador da pasta no mês de abril, não havendo até o momento nova
146 indicação de profissional com perfil e articulação adequados ao território.
147 Encerrada a apresentação das metas do terceiro quadrimestre, passou-se à
148 análise consolidada anual **RAG – Relatório Anual de Gestão**. Foi apresentado
149 o panorama geral de 2025, registrando-se 74% das 140 metas alcançadas, 12%
150 não alcançadas e 14% parcialmente alcançadas. Na **Atenção Básica**, destacou-



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

151 se como principal avanço a qualificação dos profissionais por meio da educação
152 permanente, o aprimoramento da utilização do sistema de informação (e-SUS
153 APS), as PICS e a ampliação do uso de formulários eletrônicos, refletindo na
154 melhoria dos indicadores. Ressaltou-se ainda a intensificação das ações de
155 prevenção ao câncer ao longo de todo o ano, a reorganização do pré-natal de
156 risco habitual e alto risco, o fortalecimento do acompanhamento da saúde da
157 mulher, da criança e da pessoa idosa, além da ampliação da oferta de métodos
158 contraceptivos, como DIU, Implanon e o Programa Pé Diabético. Na **Saúde**
159 **Bucal**, destacou-se o aumento expressivo na oferta de próteses dentárias, com
160 meta prevista de 300 próteses e foram confeccionadas 577 próteses no período.
161 Informou-se ainda que 90% das marcações encaminhadas ao CEO foram
162 atendidas, cumprindo os parâmetros ministeriais. Foi ressaltada a retomada dos
163 atendimentos com sedação para pacientes com necessidades especiais, bem
164 como a aquisição do aparelho de óxido nitroso, que ampliará o acesso.
165 Destacou-se também o projeto de detecção precoce do câncer bucal, com
166 diagnóstico de casos e garantia de atendimento especializado em tempo
167 oportuno, inclusive com reconhecimento nacional e premiações em âmbito
168 estadual. A **Vigilância em Saúde** apresentou resultados positivos em suas cinco
169 áreas: Vigilância Ambiental, Saúde do Trabalhador, Vigilância Sanitária,
170 Zoonoses e Vigilância Epidemiológica. Entre eles destacou-se que o município
171 alcançou 155% da meta de vacinação antirrábica canina. Em relação à dengue,
172 embora o município permaneça como área endêmica, houve redução de 77%
173 nos casos comparativamente ao ano anterior, sem registro de óbitos em 2025.
174 Na Vigilância Epidemiológica, enfatizou-se o monitoramento das doenças de
175 notificação compulsória, controle de surtos e fortalecimento dos fluxos
176 assistenciais. Como desafios prioritários para 2026, foram apontados a
177 ampliação da cobertura vacinal e a redução dos casos de sífilis congênita,
178 destacando-se que houve redução progressiva dos casos ao longo dos
179 quadrimestres. A **Rede de Urgência e Emergência** destacou a realização
180 contínua de ações de educação permanente para qualificação dos profissionais,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

181 especialmente devido à alta rotatividade de médicos e enfermeiros, garantindo
182 a manutenção da qualidade assistencial e a atualização dos protocolos. Também
183 foi ressaltada a participação ativa da equipe em eventos de saúde e o
184 fortalecimento da integração entre a Rede de Urgência e Emergência e a
185 Atenção Primária. Foi apresentado ainda o fluxo de atendimento para pacientes
186 que necessitam de cuidados paliativos ou acompanhamento contínuo, por meio
187 do programa Melhor em Casa e do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD),
188 garantindo assistência compartilhada com a Estratégia Saúde da Família.
189 Informou-se que todas as ações previstas para os usuários do SAD foram
190 implementadas, com atendimento inclusive em áreas mais distantes, como
191 Caraíva e a Aldeia Xandó, onde a equipe realiza atendimentos multiprofissionais
192 periódicos. A **Média e Alta complexidade** informou que no que se refere à
193 assistência da Policlínica, foi destacado o fortalecimento da assistência médica
194 com a chegada de novos profissionais, o que contribuiu para ampliar a oferta de
195 atendimentos e reduzir dificuldades anteriormente existentes no processo
196 eletivo. Também foram realizadas ações para fortalecer a regulação e o
197 processo de marcação de consultas e exames, incluindo capacitações
198 destinadas aos profissionais responsáveis por essa atividade. Na área da
199 fisioterapia, foi informado que houve ampliação dos polos de atendimento, com
200 reativação de unidades que estavam inativas e implantação de novos polos
201 conforme a demanda identificada no município. Foram citadas ainda ações na
202 área oftalmológica, com a realização de duas grandes ações de atendimento,
203 além da implantação de novos equipamentos e capacitações para os
204 profissionais. Também foi implantado um sistema que possibilita ao paciente
205 acessar os resultados de exames de forma online, facilitando o
206 acompanhamento. Outras ações destacadas envolveram o fortalecimento do
207 atendimento oncológico, com articulação junto à UNACON, além de melhorias
208 no fluxo do Tratamento Fora do Domicílio (TFD). Na **SAÚDE MENTAL** foi
209 destacada a meta relacionada à garantia de atendimento domiciliar para
210 usuários em situação grave que apresentam impossibilidade de comparecer aos



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

211 serviços de saúde mental. Foi ressaltado que esse trabalho é realizado pelas
212 equipes do CAPS II, CAPS AD e CAPS Infantil, e que se trata de uma atividade
213 complexa devido à grande extensão territorial do município, que inclui zonas
214 rurais, litoral sul e aldeias indígenas. Foi explicado que os atendimentos
215 domiciliares em saúde mental são destinados a pacientes graves e com múltiplas
216 vulnerabilidades, sendo acompanhados por meio de Projeto Terapêutico
217 Singular (PTS), elaborado em conjunto com a equipe, o paciente e seus
218 familiares. Ressaltou-se que atendimentos relacionados a crises ou surtos não
219 estão incluídos nessa meta específica. Outro ponto destacado foi o
220 fortalecimento das ações de educação permanente em saúde, sendo informado
221 que, embora inicialmente estivessem pactuadas seis atividades ao longo do ano,
222 foram realizadas 32 ações de capacitação, o que demonstra o compromisso da
223 gestão em qualificar continuamente os profissionais da rede, especialmente
224 diante do aumento das demandas relacionadas à saúde mental. Em relação à
225 **Assistência Farmacêutica**, foi informado que a coordenadora responsável se
226 encontra em período de férias, motivo pelo qual a apresentação detalhada do
227 setor não foi realizada naquele momento. Ficou registrado que eventuais
228 questionamentos poderão ser respondidos posteriormente, caso os conselheiros
229 apresentem observações. Prosseguindo com o **Núcleo de Educação**
230 **Permanente** apresentou o destaque referente aos Contratos Organizativos de
231 Ação Pública Ensino-Serviço (COAPES), que tratam da integração entre ensino
232 e serviço. Foi informado que se encontra aberto chamamento público para
233 formalização dessas parcerias, permitindo que estudantes de instituições de
234 ensino transitem pelos diversos serviços da rede municipal de saúde,
235 contribuindo tanto para a qualificação da formação acadêmica quanto para o
236 fortalecimento dos serviços de saúde. Destacou-se ainda que as instituições
237 públicas e privadas participantes precisam oferecer contrapartidas ao município,
238 contribuindo para a melhoria da infraestrutura das unidades e para a qualificação
239 da assistência prestada. Também foi ressaltada a atuação do núcleo
240 responsável pela educação permanente, que realiza interlocução com diversos



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

241 setores da rede de saúde e coordena comissões importantes, como a Comissão
242 Permanente de Protocolos Institucionais, responsável pela análise de protocolos
243 assistenciais, projetos de pesquisa e demais processos relacionados à
244 organização do cuidado em saúde. Foi informado que todas as demandas de
245 capacitação encaminhadas ao núcleo foram atendidas dentro das possibilidades
246 existentes, embora ainda existem desafios estruturais que deverão ser
247 discutidos no planejamento futuro. Em seguida, o Secretário de Saúde
248 apresentou alguns destaques da **Gestão do Sus** citou o avanço na implantação
249 do serviço de hemodiálise no município, cuja obra está em fase final, aguardando
250 decisão da Comissão Intergestores para início das atividades, o que deverá
251 reduzir o deslocamento de pacientes para outras cidades. Também foi relatada
252 uma ação realizada em oito aldeias indígenas que, em cerca de 90 dias,
253 conseguiu zerar demandas reprimidas de consultas, exames e
254 encaminhamentos, com previsão de novas ações em outras aldeias.
255 Apresentou-se ainda a retomada do programa Mais Saúde, com atendimentos
256 ampliados em diversos bairros e distritos do município. Informou-se que as
257 metas de capacitação dos profissionais de saúde foram totalmente alcançadas,
258 priorizando servidores efetivos. Foram mencionados investimentos em
259 equipamentos e logística, como consultórios móveis, veículos utilitários e
260 caminhão para transporte de medicamentos. Por fim, o secretário ressaltou a
261 importância do Conselho Municipal de Saúde e do controle social. A Sra. Ingrid
262 destacou que foram elaborados, monitorados e apresentados os principais
263 instrumentos de planejamento e acompanhamento das ações do SUS. A
264 conselheira Andria questionou sobre a saúde do trabalhador e a valorização dos
265 profissionais, mencionando a perda de alguns direitos, entre eles os
266 atendimentos aos sábados no CEO, a coordenadora de Saúde Bucal explicou
267 que a suspensão ocorreu devido à dificuldade de pagamento de horas extras,
268 enquanto o secretário informou que existe um decreto municipal que restringe
269 horas extras, mas que buscará alternativas para possibilitar o retorno desses
270 atendimentos aos sábados para os servidores. A conselheira Josefa relatou a



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO

Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000

ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

271 grande demanda no CAPS Infantil, destacando que muitas crianças aguardam
272 vaga para atendimento, inclusive mais de 20 em uma única escola onde atua. O
273 secretário informou que já agendou reunião com o secretário de Educação e que
274 há a intenção de transferir o CAPS para um local maior, visando ampliar a
275 capacidade de atendimento. A conselheira Josefa questionou sobre os
276 processos de licitação, especialmente os que envolvem recursos federais, e
277 sobre a centralização desses procedimentos em um único setor do município.
278 Foi esclarecido que existe uma Secretaria específica responsável pelas
279 licitações, formada por equipe capacitada, e que a centralização ocorreu no ano
280 anterior, enfrentando inicialmente algumas dificuldades devido ao grande volume
281 de demandas. Também foi ressaltado que processos com recursos federais
282 exigem maior rigor e cumprimento de diversas exigências legais, mas que a
283 Secretaria de Saúde continua realizando suas ações dentro do fluxo
284 administrativo estabelecido pela gestão municipal. Foi apresentado
285 questionamento sobre a oferta de exames de mamografia durante a campanha
286 Outubro Rosa, apontando que a quantidade disponibilizada não atendeu toda a
287 demanda. Em resposta, foi informado que houve dificuldades na execução das
288 ações, inclusive pela não disponibilização da carreta de mamografia pelo
289 Governo do Estado, que priorizou atendimentos na capital. Para minimizar os
290 impactos, o município ampliou vagas por meio de prestadores de serviço, da
291 Policlínica Regional e das unidades de saúde, reforçando as ações de prevenção
292 e promoção da saúde da mulher. Na oportunidade, a conselheira Josefa relatou
293 a dificuldade enfrentada pela população para marcação de exames pelo
294 Tratamento Fora do Domicílio (TFD), afirmando que muitas vezes o
295 agendamento só ocorre quando o paciente conhece alguém ou possui indicação
296 de vereador. Em resposta, o secretário informou que a gestão está trabalhando
297 para retirar esse tipo de interferência política no processo de marcação. A
298 conselheira Glória destacou que a população mais humilde encontra maior
299 dificuldade de acesso às vagas. Em seguida, a conselheira Josefa questionou a
300 ausência da coordenadora da Rede de Assistência Farmacêutica. A



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

301 coordenadora Gislane esclareceu que, em relação aos exames de mamografia,
302 existe demanda em algumas unidades, enquanto outras apresentam demanda
303 zerada. Informou ainda que está sendo realizado um trabalho de redistribuição
304 das vagas para as unidades com maior necessidade e que, após as campanhas
305 do Outubro Rosa, ocorre aumento na solicitação desses exames. Sobre o TFD,
306 Gislane explicou que foi designada mais uma profissional para realizar as
307 marcações, porém há grande número de exames agendados cujos pacientes
308 não comparecem para retirar as guias ou dar continuidade ao processo. Diante
309 disso, a conselheira Josefa sugeriu que as comunicações sejam feitas também
310 por meio do WhatsApp, considerando que muitas pessoas não atendem ligações
311 telefônicas. A coordenadora ressaltou ainda que o índice de ausência dos
312 pacientes é elevado. Por fim, o secretário informou que, em relação ao TFD, o
313 Governo do Estado também enfrenta dificuldades na disponibilização de
314 cirurgias, citando como exemplo a área de ortopedia. Citou ainda a dificuldade
315 de ocupar todas as vagas da Policlínica Regional por falta de transporte. A
316 conselheira Andria solicitou esclarecimentos sobre uma meta que não foi
317 alcançada, relacionada ao acolhimento pedagógico em parceria com a Atenção
318 Básica. Foi explicado que não se trata apenas de acolhimento, que a meta
319 depende do acesso à plataforma da SESAB, necessária para que os alunos
320 realizem as atividades e recebam certificação. A conselheira Glória manifestou-
321 se em relação à média e alta complexidade, especificamente sobre a Meta 10,
322 que trata da implantação e realização de exames dentro do prazo estabelecido
323 em portaria. Segundo ela, o relatório apresentado informa que a meta foi
324 cumprida em 100%, porém afirmou não acreditar que esse percentual
325 corresponda à realidade. Glória relatou que tem recebido diversos relatos de
326 pacientes que passaram por procedimentos cirúrgicos e estão enfrentando
327 dificuldades para conseguir o retorno com o médico responsável. De acordo com
328 os relatos mencionados, alguns pacientes aguardam entre três e quatro meses
329 para realizar a consulta de retorno após a cirurgia. Destacou ainda que, em
330 casos de pacientes que realizam radioterapia, também há demora significativa



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO

Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000

ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

331 para o retorno ao acompanhamento médico. Na sequência, a conselheira
332 Lourdes Maria reforçou a fala da conselheira Glória, afirmando que a demanda
333 existente é muito grande para que seja considerada zerada, como consta no
334 relatório apresentado. A conselheira Tatiana esclareceu que, ao afirmar que a
335 fila está zerada, refere-se ao fato de que o sistema de Regulação está
336 funcionando plenamente e que a legislação vigente está sendo cumprida. Em
337 seguida, Gislane explicou que, quando se fala em demanda reprimida de
338 mamografia, trata-se de uma demanda relacionada às ações e à implementação
339 do serviço. Destacou que a legislação determina que o paciente diagnosticado
340 deve iniciar o tratamento em até 60 dias após o diagnóstico. Gislane acrescentou
341 que atualmente é possível conduzir parte desse processo por meio do UNACOM,
342 porém ainda existem dificuldades para cumprir integralmente o prazo
343 estabelecido pela lei, principalmente em relação ao agendamento. Segundo ela,
344 o UNACOM disponibiliza os agendamentos, mas muitas vezes as marcações
345 são feitas apenas para o mês seguinte. Informou também que já foram realizadas
346 reuniões com o UNACOM para tratar dessa situação. Explicou que o setor de
347 regulação conta atualmente com uma médica reguladora e duas profissionais
348 responsáveis pela marcação de exames, com o objetivo de priorizar esses
349 casos. Ressaltou que, no momento, não há demanda reprimida dentro do setor
350 de regulação, razão pela qual foi registrado no relatório o alcance de 100% da
351 meta pactuada. Sobre os casos mencionados pelos conselheiros durante a
352 reunião, Gislane afirmou que os pacientes oncológicos possuem prioridade
353 dentro do sistema de regulação e que há profissionais responsáveis justamente
354 por acompanhar e priorizar essas demandas. Mesmo diante dessas explicações,
355 conselheiros ressaltaram que ainda há muitos relatos da população sobre
356 dificuldades na marcação de exames, especialmente no que se refere a
357 pacientes oncológicos. A conselheira Tatiana mencionou a Lei nº 2.116, de 31
358 de março de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação da listagem
359 de pacientes que aguardam consultas com especialistas. Nesse contexto,
360 questionou se essa listagem já está sendo publicada ou se há previsão para



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

361 publicação, considerando que já se encontra no mês de março de 2026.
362 Segundo ela, a divulgação dessa lista permitirá verificar com maior clareza se
363 realmente não existe demanda reprimida para consultas especializadas, não
364 apenas para pacientes oncológicos. Na sequência, a conselheira Benedita
365 manifestou preocupação com a informação de que a meta foi atingida em 100%.
366 Segundo ela, essa situação pode ser preocupante, pois em gestões anteriores
367 já houve casos em que informações semelhantes impactaram negativamente no
368 recebimento de recursos financeiros. Benedita destacou ainda que os
369 conselheiros recebem diariamente diversas reclamações da população
370 relacionadas à dificuldade na marcação de exames e consultas. Diante disso,
371 sugeriu que seja realizado outro momento de reunião entre o Conselho e a
372 gestão para discutir com mais profundidade essa situação. A conselheira relatou
373 também que, em alguns momentos, os conselheiros enfrentam dificuldades para
374 orientar a população diante das frequentes reclamações sobre a demora na
375 marcação de exames. Por esse motivo, afirmou estar preocupada com a
376 informação apresentada no relatório de que a meta foi alcançada em 100%,
377 sugerindo que esses números sejam reavaliados. Outro ponto levantado por
378 Benedita refere-se à realização das mamografias. Segundo ela, é importante
379 discutir não apenas a realização do exame, mas também o fluxo de
380 acompanhamento posterior, questionando para qual serviço as pacientes estão
381 sendo encaminhadas após a realização do exame. Também foi questionado se
382 já foi realizado algum levantamento para identificar os motivos pelos quais alguns
383 pacientes não retornam para buscar os resultados dos exames. Como exemplo,
384 citou a situação da comunidade de Vera Cruz, onde, segundo relatos, muitas
385 pacientes costumam aguardar o período da campanha de outubro Rosa para
386 realizar a mamografia. No entanto, neste ano a ação não ocorreu, o que gerou
387 questionamentos por parte da população. A conselheira relatou que moradores
388 da comunidade têm procurado esclarecimentos sobre o ocorrido e que, diante
389 das dúvidas, orientou que buscassem informações junto ao prefeito e ao
390 secretário de saúde, uma vez que o papel dos conselheiros é dialogar e



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

391 acompanhar as políticas públicas de saúde. Por fim, reforçou que, diante das
392 reclamações recebidas pela população, os dados apresentados no relatório
393 indicando o alcance de 100% da meta não correspondem à realidade percebida
394 pelos conselheiros no cotidiano. Gislane informou que a gestão tem buscado
395 ampliar a oferta de exames e consultas especializadas, destacando-se a
396 articulação para credenciamento de profissionais. Nesse contexto, foi
397 mencionado que uma médica ginecologista, que vai atender na região de Arraial
398 d'Ajuda, iniciará atendimentos voltados à realização de exames preventivos,
399 diagnósticos e biópsias. Informou-se ainda que estão sendo organizadas as
400 condições para realização de procedimentos cirúrgicos e encaminhamentos
401 necessários, conforme os resultados dos diagnósticos. Foi relatado que já houve
402 tratativas com a profissional, destacou que gestão tem trabalhado para avançar
403 no processo de diagnóstico e na ampliação do cuidado especializado. Não temos
404 oncologista credenciado no município, ainda dependemos da Unacon. Durante
405 a reunião também foi mencionada a ampliação do horário de funcionamento da
406 unidade do Vera Cruz, que passará a atender até às 16h30, visando melhorar o
407 atendimento à população que necessita de acompanhamento após intervenções
408 de saúde. Na sequência, foi ressaltada a importância da análise correta dos
409 indicadores apresentados nos relatórios, esclarecendo-se que o indicador se
410 refere ao número de ações realizadas, o que não significa necessariamente que
411 o paciente foi atendido dentro do prazo de 60 dias. A conselheira Tatiana
412 manifestou preocupação em relação à capacitação da rede de atenção básica
413 para o cuidado oncológico, destacando que, conforme os relatórios
414 apresentados não apontam demanda reprimida, há o entendimento de que o
415 curso de capacitação não será encaminhado. Falou ainda que há mais de um
416 ano vêm solicitando apoio da gestão municipal para a realização de qualificações
417 voltadas à linha de cuidado do câncer. Foi destacado que, apesar das
418 solicitações recorrentes, não houve resposta formal quanto à realização ou não
419 dessas capacitações, o que dificulta o encaminhamento de respostas à
420 comunidade. A conselheira ressalta que o objetivo das solicitações é contribuir



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

421 com o fortalecimento da rede de atenção e garantir melhor atendimento à
422 população, uma vez que muitas demandas chegam diretamente ao Conselho.
423 Enfatizou que a capacitação da rede é fundamental para melhorar o
424 rastreamento, diagnóstico e encaminhamento de pacientes. Falou ainda que
425 sempre que convocado pela gestão, o Conselho participa ativamente das
426 reuniões, demonstrando compromisso e apoio às ações desenvolvidas, nunca
427 deixando de colaborar ou de compreender as situações apresentadas. No
428 entanto, o Conselho tem encaminhado algumas solicitações e, até o momento,
429 não recebeu sequer uma resposta formal, mesmo que negativa. Considerando
430 que se trata de uma meta estabelecida pelo Ministério, foi solicitado a
431 necessidade de um posicionamento da gestão, a fim de que o Conselho possa
432 definir quais encaminhamentos e ações deverão ser adotados. Em resposta,
433 representantes da gestão informaram que ações de qualificação vêm sendo
434 realizadas, citando como exemplo capacitação promovida em parceria com a
435 região de saúde, abordando temas relacionados a doenças como leucemia. Foi
436 destacado também que a proposta de capacitação sobre rastreamento e manejo
437 do câncer nas unidades de saúde foi incluída no Plano Municipal de Saúde,
438 conforme solicitação encaminhada anteriormente pelo Conselho. Entretanto,
439 conselheiros ressaltaram que essa informação não havia sido comunicada
440 previamente ao colegiado, apontando a necessidade de melhorar o fluxo de
441 comunicação entre a gestão e o Conselho. Outro ponto abordado durante a
442 reunião foi a ausência da coordenação da Assistência Farmacêutica em reuniões
443 do Conselho para esclarecimento de dúvidas. Foi mencionado que, conforme
444 relatório apresentado, houve avanço na implantação do sistema Hórus, com
445 implementação parcial nos serviços de saúde mental e em outras unidades, além
446 da realização de ações de educação permanente. Ainda assim, conselheiros
447 manifestaram preocupação quanto à falta de participação da responsável nas
448 reuniões para prestar esclarecimentos. Na sequência, a conselheira Benedita,
449 representante da zona rural, manifestou preocupação com o não cumprimento
450 da meta relacionada à anemia falciforme, destacando a gravidade da doença e



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

451 a necessidade de maior atenção às políticas voltadas a pacientes com doenças
452 crônicas. Ressaltou ainda a importância do fortalecimento da assistência
453 farmacêutica, diante de relatos de dificuldades no acesso a medicamentos. A
454 conselheira também parabenizou a formação de profissional voltada ao cuidado
455 do pé diabético, destacando a importância dessa iniciativa para melhoria do
456 atendimento à população. Reforçou ainda a necessidade de valorização do
457 cuidado com o cuidador e a importância de ações que garantam melhores
458 condições de trabalho aos profissionais de saúde. Durante sua fala, enfatizou a
459 importância da participação ativa dos conselheiros e da comunidade no
460 acompanhamento das políticas públicas de saúde, destacando que o controle
461 social deve contribuir tanto com cobranças quanto com reconhecimento das
462 ações positivas realizadas pela gestão. Outros participantes também relataram
463 experiências relacionadas às dificuldades de acesso a serviços de saúde,
464 ressaltando a importância do acolhimento e da empatia no atendimento à
465 população. Foi mencionado que, embora existam desafios, também há
466 profissionais comprometidos com o cuidado aos usuários do sistema de saúde.
467 Diante das discussões apresentadas, foi proposta a aprovação do relatório com
468 ressalvas, considerando as dúvidas levantadas pelos conselheiros em relação a
469 algumas ações e metas apresentadas. Sugeriu-se ainda a solicitação de
470 auditoria interna para verificação das informações, com o objetivo de avaliar a
471 execução das ações e promover melhorias nos processos de gestão. Foi
472 esclarecido que a auditoria municipal tem como finalidade avaliar, regular e
473 ajustar os processos, não tendo caráter punitivo, mas sim de acompanhamento
474 e aperfeiçoamento das ações desenvolvidas. Dessa forma, sugeriu-se a
475 elaboração de resolução recomendando a realização de auditoria nos pontos
476 discutidos, bem como a aprovação do relatório com ressalvas. Na sequência, o
477 contador Kerrys Ruas iniciou a apresentação do relatório financeiro do exercício
478 de 2025, informando que o material foi encaminhado previamente aos
479 conselheiros para possibilitar uma análise mais detalhada, considerando que o
480 tempo da reunião não seria suficiente para avaliar todas as informações.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

481 Explicou que a apresentação está fundamentada na Lei Complementar nº
482 141/2012. Em seguida, apresentou um quadro resumo comparativo entre os
483 anos de 2024 e 2025; informou que em 2025 a receita total foi de
484 aproximadamente R\$ 180 milhões, enquanto em 2024 foi de cerca de R\$ 203
485 milhões, evidenciando uma redução de aproximadamente R\$ 23 milhões na
486 arrecadação. Já as despesas apresentaram aumento de cerca de R\$ 6,5
487 milhões, o que resultou em um déficit orçamentário em 2025, representado em
488 vermelho no quadro apresentado. Esclareceu que essa análise é exclusivamente
489 orçamentária, considerando apenas o que foi arrecadado e gasto no período,
490 sem incluir saldos financeiros de exercícios anteriores ou valores que
491 permaneceram em conta. Na sequência, apresentou o quadro de participação
492 dos entes federativos no financiamento da saúde. Explicou que os recursos são
493 provenientes da União, do Estado e do Município. Destacou que, diferentemente
494 de 2024, quando o maior financiador foi o Governo Federal, em 2025 o maior
495 financiador da saúde no município foi a própria Prefeitura de Porto Seguro.
496 Informou também que os repasses estaduais se mantiveram relativamente
497 estáveis, incluindo recursos vinculados a programas como SAMU, PSF e
498 LACEN. Ressaltou ainda que o Estado passou a transferir recursos financeiros
499 para aquisição de medicamentos da assistência farmacêutica, substituindo o
500 modelo anterior em que os medicamentos eram enviados diretamente aos
501 municípios. Dando continuidade, o contador explicou que o orçamento previsto
502 para 2025 era de R\$ 150.471.276,00, enquanto a arrecadação efetiva alcançou
503 aproximadamente R\$ 180.882.77,85, gerando superávit em relação ao valor
504 previsto. No entanto, comparado a 2024, quando a arrecadação chegou a cerca
505 de R\$ 203.172.689,04, houve redução, principalmente devido à diminuição no
506 volume de emendas parlamentares. Segundo ele, em 2024 foram
507 aproximadamente R\$ 26 milhões em emendas para a Atenção Básica, enquanto
508 em 2025 o valor foi de cerca de R\$ 5,5 milhões. Na apresentação das despesas,
509 informou que o total executado foi de R\$ 194.933.911,47 em 2025, comparado
510 a R\$ 188 milhões em 2024. Também mencionou a redução no pagamento de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

511 horas extras, que em 2024 somaram cerca de R\$ 1 milhão, em razão de decreto
512 municipal que suspendeu esse tipo de pagamento. Sobre as receitas municipais,
513 destacou o crescimento dos rendimentos de aplicações financeiras, que
514 somaram aproximadamente R\$ 2.329.000, valor superior ao registrado em 2024
515 (R\$ 1.906.000). Informou ainda que a execução orçamentária atingiu cerca de
516 99,12% do orçamento, com aproximadamente R\$ 950 mil inscritos em restos a
517 pagar. No fechamento financeiro do exercício, explicou que houve um déficit
518 aproximado de R\$ 2 milhões, resultado da combinação de arrecadação menor e
519 despesas maiores, situação que a gestão pretende equilibrar com a captação de
520 novos recursos e emendas. Em relação às despesas com pessoal, destacou que
521 a folha da saúde representa cerca de 12% da receita total da Prefeitura. Quando
522 analisado apenas o orçamento da saúde, aproximadamente 70% dos recursos
523 são destinados ao pagamento de servidores. Por fim, informou que o município
524 aplicou 15,80% da receita em ações e serviços públicos de saúde, superando o
525 mínimo constitucional de 15%, o que representa cerca de R\$ 4,7 milhões a mais
526 do que o mínimo exigido pela legislação. Após a apresentação, colocou-se à
527 disposição dos conselheiros para esclarecimento de dúvidas. Os conselheiros
528 tiraram suas dúvidas sobre os gastos públicos e foi explicada pelo contador
529 Kerris Ruas que explicou ponto por ponto sanda todas as dúvidas, em seguida
530 agradeceu a presença de todos e se colocou a disposição para atender os
531 conselheiros quando for solicitado. A presidente Magda fala que deu para
532 perceber melhoria nos gastos públicos, mas precisamos ficar atentos para
533 compreender onde podemos melhorar e colocou em votação as pautas
534 apresentadas. **Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde,**
535 **APROVOU por unanimidade o Relatório de Prestação de Contas Financeira**
536 **do 3º Quadrimestre da Secretaria Municipal de Saúde do ano de 2025, tendo**
537 **em vista o cumprimento dos índices constitucionais e orçamentários;**
538 **APROVAU com ressalvas a apresentação das ações do RAG - relatório**
539 **anual de gestão do exercício de 2025, estabelecendo a obrigatoriedade de**
540 **realização de auditoria técnica municipal nos setores de regulação (com**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

541 foco na validação das metas de média e alta complexidade e fluxos
542 oncológicos) e assistência farmacêutica (para verificação de conformidade
543 de estoque e sistema hórus). para apurar: I. Setor de Regulação/MAC:
544 Verificação da fidedignidade dos indicadores de 100% de alcance nas metas
545 oncológicas e de exames especializados, confrontando-os com o tempo real de
546 espera dos usuários; II. Assistência Farmacêutica: Avaliação da fragilidade no
547 controle de estoque e informatização (Sistema Hórus), dada a ausência de dados
548 nos dois primeiros quadrimestres e o não cumprimento das metas de
549 implantação tecnológica; III. Educação Permanente: Confronto entre os dados
550 de 100% de alcance registrados no RAG e as confissões de não execução
551 registradas em ata. IV. Transparência das Filas: Exigir o cumprimento da Lei nº
552 2.116/2025 para publicação das listas de espera, como ferramenta de validação
553 dos indicadores do RAG. A Auditoria mencionada deverá ser instaurada no prazo
554 de 60 (sessenta) dias, devendo o relatório preliminar ser apresentado a este
555 Colegiado para fins de monitoramento e aperfeiçoamento dos indicadores de
556 gestão. Após as aprovações discussões, foram apresentados os seguintes
557 encaminhamentos: continuidade de monitoramento das ações apresentadas
558 com ressalvas; acompanhamento da auditoria municipal para verificação de
559 pontos específicos discutidos durante a reunião; melhorar a comunicação
560 institucional entre gestão e Conselho; ampliar ações de capacitação da rede de
561 atenção básica, especialmente na linha de cuidado oncológico; Nada mais a ser
562 tratado, eu, Tatiana Santana Barreto Souza lavro a presente ata, assinando-a
563 juntamente com os demais conselheiros que após a realização da leitura foi
564 aprovada por unanimidade.

Magda Almeida Falabretti (SMS)	
Andria Araújo Marques (SINSPPOR)	
Tatiana Santana Barreto de Souza (Instituto Chama Africa)	



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
Rua da Vala, s/n – Centro – CEP: 45.810.000
ATA DA 124ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Miriam Correia de Oliveira (SINDIACSCER)	<i>Miriam Correia de Oliveira</i>
Lourdes Maria Bebiano Pimenta (CRO)	<i>Lourdes Maria Bebiano Pimenta</i>
Josefa de Jesus Reis (Pastoral da Criança)	<i>Josefa de Jesus Reis</i>
Maria da Gloria Azevedo Barros (Ciranda da Vida)	<i>Maria da Gloria Azevedo Barros</i>
Maria das Graças S.C Fonseca (Pastoral do Idoso)	<i>Maria das Graças S.C. Fonseca</i>
Benedita Ribeiro dos Santos (APRAMS)	<i>Benedita Ribeiro dos Santos</i>
Tainá Oliveira (CRP)	<i>Tainá Oliveira</i>
Neide Mota (Porto da Paz),	<i>Neide Maria das S. Mota</i>
Edna Francisca de Oliveira (Fábrica do Ser)	<i>Edna Francisca de Oliveira</i>

565 Porto Seguro, 26 de fevereiro de 2026.



PARECER Nº. 001/2026

Aprova, porque regulares, a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, Estado da Bahia, referente aos recursos de saúde aplicados no exercício financeiro de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO- BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamentos na Resolução nº. 1277 de 17 de dezembro de 2008 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, e levando em consideração, ainda, as colocações seguintes:

A Prestação de Contas dos Recursos da Saúde aplicados pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro no Exercício Financeiro de 2025, cuja entrada neste Conselho se deu no prazo legal, com informação de que a documentação de receita e despesa durante o exercício foi enviada à 26ª Inspeção Regional de Controle Externo – IRCE/TCM, em cumprimento as determinações legais.

O Conselho Municipal de Saúde efetuou a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial decorrentes dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde, relatórios, documentos de receita e despesas, SIOPS e etc., todos devidamente consolidados na mencionada Prestação de Contas, destacando-se:

- Valor total da receita arrecadada pela prefeitura foi de R\$ 1.049.091.820,80;
- Valor total da receita base para fins de aplicação de recursos próprios de saúde R\$ 590.428.445,07;
- Valor total de recursos aplicados em saúde R\$ 194.933.911,47;
- Valor total de recursos próprios aplicados em saúde R\$ 93.275.449,48;
- Percentual aplicado com recursos próprios em saúde 15,80%

No exercício financeiro em exame as aplicações realizadas em ações e serviços públicos de saúde foram de R\$ 93.275.449,48, correspondentes a 15,80% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art's., 158 e 159, I alínea b e § 3º, da Constituição Federal, investimento este, superior ao percentual previsto no art. 77, inciso III, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF, uma vez que o valor mínimo a ser aplicado seria de 15%.

Em face do exposto,

RESOLVE:

Aprovar, porque regulares, a Prestação de Contas dos Recursos da Saúde Aplicados pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro- Bahia, referente ao Exercício Financeiro de 2025, de responsabilidade do Sr. Jânio Natal Andrade Borges.



A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Sala das Sessões do Conselho de Saúde do Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, em 26 de fevereiro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
Município de Porto Seguro – Ba

Elna Francisca de Oliveira

Lucia de Gláucia A. Jesus

Manoel das Neves

Wander Maria Lebrão Amenta

Benedita Ribeiro dos Santos

Maria das Graças C.S. Fonseca

Josefa de Jesus Reis

Neide Maria dos S. L. Costa

Rob A. Falabretti

[Assinatura]

APROVAÇÃO

Prestação de Contas aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Porto Seguro - Bahia, em sessão realizada em 26/02/2026.

Porto Seguro-Bahia, 26 de fevereiro de 2026.

[Assinatura]

Magda Almeida Falabretti
Presid. do Conselho Munic. de Saúde
Município de Porto Seguro - Ba



RESOLUÇÃO Nº 059/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO-BAHIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO
CNPJ 08.257.417/0001-46

TERMO DE RESOLUÇÃO CMS – RESOLUÇÃO CMS Nº 059/2026 – A Secretaria Municipal de Saúde, situada neste Município de Porto Seguro - Bahia, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde e com base no artigo 3º, § 1º da Lei Municipal de nº 1.019/12, de 27 de setembro de 2012, resolve **HOMOLOGAR** a decisão do Conselho Municipal de Saúde, aprovada pelos Conselheiros presentes na **124ª Reunião Extraordinária**, realizada no dia 26 de fevereiro de 2026.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 141/12, que dispõe sobre as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde e estabelece a competência do Conselho Municipal de Saúde para avaliar e aprovar o RAG - Relatório Anual de Gestão;

CONSIDERANDO que o relatório de prestação de contas visa o atendimento aos artigos 34, 36 e 37 da Lei Complementar nº 141/2012, aferindo o cumprimento das obrigações legais e a aplicação do mínimo constitucional;

CONSIDERANDO as deliberações registradas em ata, que apontam a necessidade de verificação técnica sobre indicadores de metas e fluxos assistenciais específicos;

RESOLVE:

Art. 1º - **APROVAR** o Relatório de Prestação de Contas Financeira do **3º Quadrimestre** da Secretaria Municipal de Saúde do ano de **2025**, tendo em vista o cumprimento dos índices constitucionais e orçamentários

Art. 2º - **APROVAR COM RESSALVAS** a apresentação das Ações do **RAG - Relatório Anual de Gestão do exercício de 2025**, estabelecendo a **obrigatoriedade de realização de Auditoria Técnica Municipal** nos setores de **Regulação** (com foco na validação das metas de Média e Alta Complexidade e fluxos oncológicos) e **Assistência Farmacêutica** (para verificação de conformidade de estoque e sistema Hórus). Para apurar:

- **I. Setor de Regulação/MAC:** Verificação da fidedignidade dos indicadores de 100% de alcance nas metas oncológicas e de exames



especializados, confrontando-os com o tempo real de espera dos usuários;

- **II. Assistência Farmacêutica:** Avaliação da fragilidade no controle de estoque e informatização (Sistema Hórus), dada a ausência de dados nos dois primeiros quadrimestres e o não cumprimento das metas de implantação tecnológica;
- **III. Transparência das Filas:** Exigir o cumprimento da Lei nº 2.116/2025 para publicação das listas de espera, como ferramenta de validação dos indicadores do RAG.

§ Único – A Auditoria mencionada no *caput* deste artigo deverá ser instaurada no prazo de 60 (sessenta) dias, devendo o relatório preliminar ser apresentado a este Colegiado para fins de monitoramento e aperfeiçoamento dos indicadores de gestão.

Art. 3º - Publique-se.

Seguro, 26 de fevereiro de 2026.

Magda Almeida Falabretti
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS/Porto Seguro nº. 041/2025, nos termos do §2º, art. 1º, da Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Carlos Renato da Silva Antunes
Secretário Municipal de Saúde



Digitally signed by CARLOS RENATO DA SILVA
ANTUNES.96495960549
Date: 2026.02.09 17:42:44 -03:00
Reason: SIOPS
Location: SUS - Sistema Único de Saúde

UF: Bahia	Município: Porto Seguro
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Exercício de 2025	

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	267.681.997,00	267.681.997,00	285.249.922,55	106,56
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	50.796.474,00	50.796.474,00	59.968.655,45	118,06
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	37.206.158,00	37.206.158,00	33.523.479,83	90,10
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	121.041.181,00	121.041.181,00	137.775.699,80	113,83
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	58.638.184,00	58.638.184,00	53.982.087,47	92,06
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	290.187.238,00	290.187.238,00	305.178.522,52	105,17
Cota-Parte FPM	186.119.933,00	186.119.933,00	190.624.017,14	102,42
Cota-Parte ITR	242.013,00	242.013,00	714.654,92	295,30
Cota-Parte do IPVA	17.613.891,00	17.613.891,00	17.048.677,99	96,79
Cota-Parte do ICMS	85.521.755,00	85.521.755,00	96.098.607,11	112,37
Cota-Parte do IPI - Exportação	689.646,00	689.646,00	692.565,36	100,42
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	557.869.235,00	557.869.235,00	590.428.445,07	105,84

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	18.521.904,00	20.917.660,81	20.867.544,12	99,76	20.867.544,12	99,76	20.867.456,03	99,76	0,00
Despesas Correntes	17.161.904,00	19.736.636,48	19.693.634,79	99,78	19.693.634,79	99,78	19.693.546,70	99,78	0,00
Despesas de Capital	1.360.000,00	1.181.024,33	1.173.909,33	99,40	1.173.909,33	99,40	1.173.909,33	99,40	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	31.327.149,00	25.857.386,32	25.774.818,78	99,68	25.774.818,78	99,68	25.774.818,78	99,68	0,00
Despesas Correntes	28.747.149,00	25.581.973,55	25.499.406,01	99,68	25.499.406,01	99,68	25.499.406,01	99,68	0,00



Despesas de Capital	2.580.000,00	275.412,77	275.412,77	100,00	275.412,77	100,00	275.412,77	100,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	4.943.600,00	6.528.149,15	6.466.763,35	99,06	6.466.763,35	99,06	6.466.763,35	99,06	0,00
Despesas Correntes	4.373.600,00	6.528.149,15	6.466.763,35	99,06	6.466.763,35	99,06	6.466.763,35	99,06	0,00
Despesas de Capital	570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	3.863.623,00	2.207.197,69	2.205.810,73	99,94	2.205.810,73	99,94	2.205.810,73	99,94	0,00
Despesas Correntes	3.863.623,00	2.207.197,69	2.205.810,73	99,94	2.205.810,73	99,94	2.205.810,73	99,94	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	20.276.958,00	16.585.927,79	16.561.120,11	99,85	16.561.120,11	99,85	16.561.120,11	99,85	0,00
Despesas Correntes	20.226.958,00	16.585.927,79	16.561.120,11	99,85	16.561.120,11	99,85	16.561.120,11	99,85	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	13.304.000,00	21.437.385,88	19.253.438,39	89,81	19.253.438,39	89,81	18.765.346,38	87,54	0,00
Despesas Correntes	12.939.000,00	19.347.352,87	17.164.405,38	88,72	17.164.405,38	88,72	16.996.313,37	87,85	0,00
Despesas de Capital	365.000,00	2.090.033,01	2.089.033,01	99,95	2.089.033,01	99,95	1.769.033,01	84,64	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	92.237.234,00	93.533.707,64	91.129.495,48	97,43	91.129.495,48	97,43	90.641.315,38	96,91	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	91.129.495,48	91.129.495,48	90.641.315,38
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	91.129.495,48	91.129.495,48	90.641.315,38
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			88.564.266,76
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	2.565.228,72	2.565.228,72	2.077.048,62
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)* 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	15,43	15,43	15,35



CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIIb)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagas (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	88.564.266,76	91.129.495,48	2.565.228,72	488.180,10	0,00	0,00	0,00	488.180,10	0,00	2.565.228,72
Empenhos de 2024	78.932.290,43	85.697.040,56	6.764.750,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.764.750,13
Empenhos de 2023	66.768.961,53	87.341.610,48	20.572.648,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.572.648,95
Empenhos de 2022	61.995.160,77	89.621.976,09	27.626.815,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.626.815,32
Empenhos de 2021	47.722.662,32	57.362.310,69	9.639.648,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.639.648,37
Empenhos de 2020	34.528.930,73	42.045.136,08	7.516.205,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.516.205,35
Empenhos de 2019	36.404.776,59	43.932.603,07	7.527.826,48	0,00	80.207,95	0,00	0,00	0,00	0,00	7.608.034,43
Empenhos de 2018	31.726.247,82	36.229.022,98	4.502.775,16	0,00	107.331,03	0,00	0,00	0,00	0,00	4.610.106,19
Empenhos de 2017	30.809.010,07	34.128.461,05	3.319.450,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.319.450,98
Empenhos de 2016	28.267.747,01	30.089.690,12	1.821.943,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.821.943,11
Empenhos de 2015	24.499.273,53	29.229.677,57	4.730.404,04	8.467,60	0,00	0,00	0,00	8.467,60	0,00	4.730.404,04
Empenhos de 2014	18.637.565,99	22.277.961,14	3.640.395,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.640.395,15
Empenhos de 2013	16.707.477,48	19.562.198,90	2.854.721,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.854.721,42



TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	54.839.273,00	54.839.273,00	85.320.319,98	155,58
Provenientes da União	52.123.996,00	52.123.996,00	82.294.593,81	157,88
Provenientes dos Estados	2.715.277,00	2.715.277,00	3.025.726,17	111,43



Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXXIX + XXX + XXXI)	54.839.273,00	54.839.273,00	85.320.319,98	155,58

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	29.705.423,00	45.481.254,78	45.184.546,71	99,35	45.184.546,71	99,35	45.183.668,99	99,35	0,00
Despesas Correntes	29.635.423,00	43.664.760,78	43.368.052,71	99,32	43.368.052,71	99,32	43.367.174,99	99,32	0,00
Despesas de Capital	70.000,00	1.816.494,00	1.816.494,00	100,00	1.816.494,00	100,00	1.816.494,00	100,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	17.069.134,00	42.311.352,76	41.213.646,82	97,41	41.213.646,82	97,41	40.794.139,76	96,41	0,00
Despesas Correntes	17.004.134,00	39.418.031,65	38.778.091,82	98,38	38.778.091,82	98,38	38.655.844,88	98,07	0,00
Despesas de Capital	65.000,00	2.893.321,11	2.435.555,00	84,18	2.435.555,00	84,18	2.138.294,88	73,90	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	6.954.093,00	8.645.475,59	8.574.975,52	99,18	8.574.975,52	99,18	8.536.115,42	98,74	0,00
Despesas Correntes	6.929.093,00	8.645.475,59	8.574.975,52	99,18	8.574.975,52	99,18	8.536.115,42	98,74	0,00
Despesas de Capital	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	1.579.921,00	1.805.321,85	1.795.649,08	99,46	1.795.649,08	99,46	1.793.217,22	99,33	0,00
Despesas Correntes	1.554.921,00	1.805.321,85	1.795.649,08	99,46	1.795.649,08	99,46	1.793.217,22	99,33	0,00
Despesas de Capital	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	2.395.471,00	1.813.216,41	1.718.967,62	94,80	1.718.967,62	94,80	1.718.967,62	94,80	0,00
Despesas Correntes	2.365.471,00	1.813.216,41	1.718.967,62	94,80	1.718.967,62	94,80	1.718.967,62	94,80	0,00
Despesas de Capital	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	530.000,00	3.212.075,81	3.170.676,24	98,71	3.170.676,24	98,71	3.170.676,24	98,71	0,00
Despesas Correntes	475.000,00	3.207.075,81	3.170.676,24	98,87	3.170.676,24	98,87	3.170.676,24	98,87	0,00
Despesas de Capital	55.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	58.234.042,00	103.268.697,20	101.658.461,99	98,44	101.658.461,99	98,44	101.196.785,25	97,99	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (IV + XXXIII)	48.227.327,00	66.398.915,59	66.052.090,83	99,48	66.052.090,83	99,48	66.051.125,02	99,48	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	48.396.283,00	68.168.739,08	66.988.465,60	98,27	66.988.465,60	98,27	66.568.958,54	97,65	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	11.897.693,00	15.173.624,74	15.041.738,87	99,13	15.041.738,87	99,13	15.002.878,77	98,87	0,00



VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	5.443.544,00	4.012.519,54	4.001.459,81	99,72	4.001.459,81	99,72	3.999.027,95	99,66	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	22.672.429,00	18.399.144,20	18.280.087,73	99,35	18.280.087,73	99,35	18.280.087,73	99,35	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	13.834.000,00	24.649.461,69	22.424.114,63	90,97	22.424.114,63	90,97	21.936.022,62	88,99	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	150.471.276,00	196.802.404,84	192.787.957,47	97,96	192.787.957,47	97,96	191.838.100,63	97,48	0,00
(c) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	58.214.042,00	101.829.770,59	100.239.536,38	98,44	100.239.536,38	98,44	99.777.859,64	97,98	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	92.257.234,00	94.972.634,25	92.548.421,09	97,45	92.548.421,09	97,45	92.060.240,99	96,93	0,00



FONTE: SIOPS, Porto Seguro

- 1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- 2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
- 3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Justificativa:



EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004/2025 – CONTRATO 002/2022–FMS

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO</p> <p>ESTADO DA BAHIA</p> <p>SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS</p>	
---	--	---

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO SEGURO – BAHIA

CNPJ nº 08.257.417/0001-46

EXTRATO DE ADITIVO

AD004/2025 – CONTRATO 002/2022. Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação de prazo e vigência com do contrato nº **002/2022**, tem por objeto: **LOCAÇÃO DO IMÓVEL PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE APOIO AOS AGENTES DE COMABTE AS ENDEMIAS NO DISTRITO DE TRANCOSO**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Seguro/BA – contrato (a): **ROCHA IMOVEIS E PATRIMÔNIO LTDA –ME** – Período de Vigência: **01/04/2026 a 31/03/2027** – Fundo Municipal de Saúde de Porto Seguro/BA.